

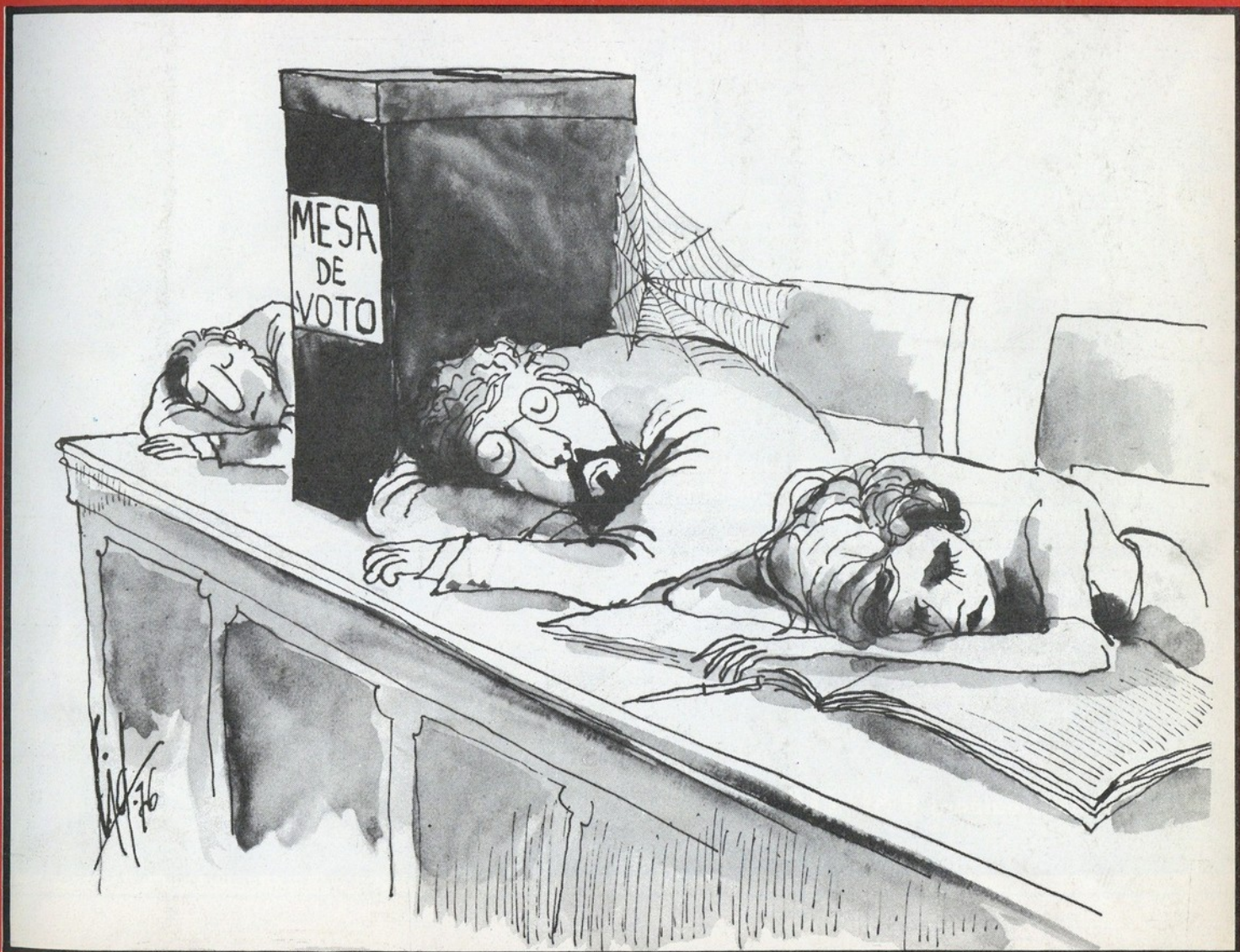
N. 1919 23/12/76

preço 15\$00

vida mundia

ESAPARECIDO EM MOÇAMBIQUE
AVIÃO
MANTÊM-SE O "MISTÉRIO"

ABSTENÇÃO: MAIS DE DOIS MILHÕES
O "PARTIDO" MAIS VOTADO...



Autarquias Locais

O MAIOR "PARTIDO" PORTUGUÊS VIVE NA CLANDESTINIDADE

No rescaldo das eleições para os órgãos de poder local ressalta um factor altamente preocupante. Mais de 2 milhões de votantes voltaram as costas ao escrutínio. Para justificar este substancial abstencionismo alegou-se que igual fenómeno se verifica em países onde a democracia se encontra "desde há" muito estabilizada. No que respeita a Portugal, não só o "desde há muito" é imprecendente como a democracia está longe de se encontrar estabilizada. Para mais, as eleições para as autarquias locais representavam uma trave que faltava na estrutura democrática. Depreende-se, assim, que o grande índice de abstenções significa pura e simplesmente desinteresse pela complementação das instituições democráticas.

Também se invocou a fadiga resultante de um ritmo apertado de actos eleitorais. Se aceitarmos esta interpretação do lauto absentismo que se verificou, então temos de inferir que mais de 2 milhões de portugueses já estão cansados de contribuir civicamente para a construção da democracia, antes desta estar acabada.

O indício é grave de mais para que a ligeireza das análises escamoteie razões que julgamos estarem mais próximas da verdade.

A I República teve os seus inimigos declarados. Desde o primeiro instante, Paiva Couceiro encarnou abertamente a obstinação monárquica. Deste modo, foi possível à República dar combate ao adversário, dissolvendo, progressivamente, o sonho da restauração monárquica. Hoje, o inimigo não tem fisionomia. É uma mole invisível que age na sombra. Que atrai os que facilmente cedem à desilusão e que são muitos num país propenso àquele "pessimismo nacional" que Manuel Laranjeira fixou no seu pequeno e precioso ensaio. Mas revela-se tremendamente nu-

meroso. Impossível ignorá-lo.

Qual a resposta já que é pura utopia desdenhar-se tão grossa corrente a fazer pressão antidemocrática contra uma democracia imatura? Antes de tudo a prática de uma política nacionalmente convincente. Depois, é não menos importante apagar os vestígios dos sanéamentos e perseguições instaurados pelo gonçalvismo os quais só avivaram o sentir antidemocrático daqueles já de si inclinados a não aceitar a democracia. Neste último ponto, Mário Soares deu um bom exemplo no Brasil, convidando os técnicos ali exilados a regressarem ao seu país. É de presumir que não estejam estes dispo-

tos a trocar posições sólidas conseguidas no Brasil por incomodidades que aqui estão reservadas aos gestores. Mas este princípio de captação é válido e aplicá-lo em solo nacional contribuirá para desmotivar as forças hostis à democracia. Estas revelaram-se nas recentes eleições o maior partido português. Sem sigla e sem endereço. Por isso mesmo mais perigoso. Impossível proibi-lo. A clandestinidade é o seu poder. É uma força que obrigatoriamente tem de ser ponderada já que é insuportável para uma democracia e, mormente, uma democracia em gestação que o maior partido nacional viva na clandestinidade.

N.C. ●



Câmaras Municipais

AFINAL, QUE VITÓRIA?

O significado dos resultados obtidos pelas diferentes forças partidárias que disputaram os lugares das câmaras municipais merece ser destacado na altura em que já se conhecem os resultados totais e em que aqueles órgãos ainda não entraram em funções. As "vitórias" e "derrotas" têm um significado preciso que, em alguns casos, se distanciam das apreciações de certos dirigentes políticos.

Os principais partidos concorrentes às eleições locais mostraram-se satisfeitos com os resultados. Os quatro dirigentes das formações partidárias com assento na Assembleia da República deram conhecimento público da sua satisfação pelos resultados, falando alguns deles em vitória.

Por um lado, este facto deve-se à relativa estabilidade do eleitorado entre as eleições para a Assembleia da República e as presentes eleições. De facto, o que houve de novo, o que alterou substancialmente os dados referentes aos resultados das autarquias locais foi o elevado número de abstenções.

Há no entanto que reconhecer a "necessidade" partidária em valorizar os valores respeitantes ao campo ou partido em que se milita. Essa, aliás, é uma das constantes dos regimes de democracia ocidental, a qual deve ser tida em devida conta. Contudo, não nos podemos deixar prender unicamente pela apreciação que os partidos fazem da sua própria actuação. Os avanços ou recuos de cada partido podem ter e têm valores diferentes de acordo com a natureza de cada um deles, o seu programa, a sua implantação, a sua posição face ao Governo, a sua campanha eleitoral, a sua tática de momento, etc.

Neste fim de ano de 1976, dois anos e oito meses após o 25 de Abril, depois de quatro eleições que abrangeram todo o território nacional, o eleitorado mostra a sua inclinação para um certo desencanto face às promessas não cumpridas. A sua reacção, traduzida num abstencionismo que os mais pessimistas não tinham ousado prever, é um aviso sério às forças democráticas. Per-

der o interesse no voto, num país em que a democracia é ainda muito jovem, em que a crise económica é profunda e grave e em que as forças antidemocráticas espreitam a sua ocasião, não tem o mesmo significado que teria em países como a Grã-Bretanha ou a Alemanha.

Daí que se torne necessário analisar os resultados destas eleições tendo em conta que se trata de algo mais importante e sério do que a simples avaliação de ganhos e perdas para este ou aquele partido, para este ou aquele campo. Apesar dessa avaliação ser necessária e até indispensável, há que passar às causas e ainda às consequências.

PS: QUE MAIORIA?

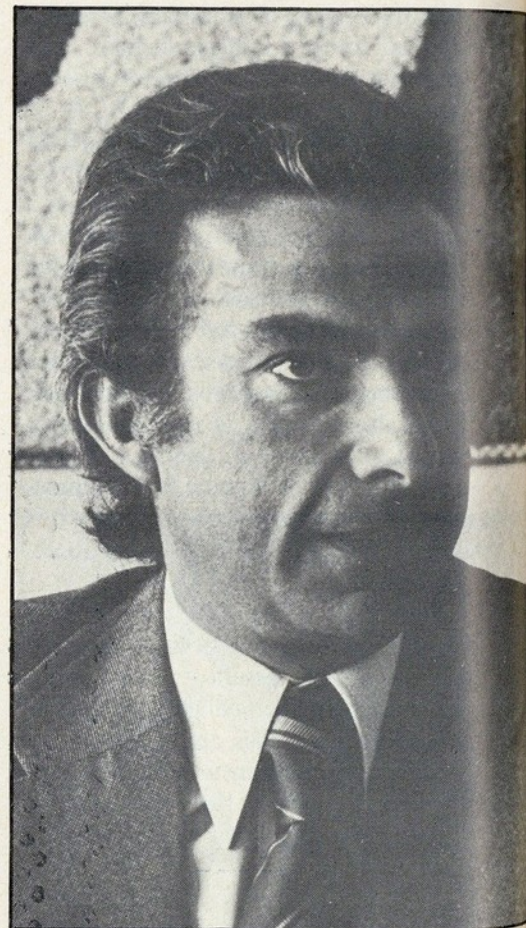
O partido governamental continua a apresentar a mais equilibrada distribuição territorial. Concorreu no maior número de locais e somou vitórias de norte a sul, semeadas um pouco por todo o lado — excepção feita nos Açores, onde o PSD continua a prevalecer de uma forma quase absoluta.

Uma outra vantagem apresentada pelo PS reside nas vitórias que averbou nas cidades. Mais de metade das cidades do País terão câmaras presididas por elementos do partido governamental. Este facto, por outro lado, reflecte a audiência que o PS continua a ter em meios tidos como de maior participação política e menos afectos à tendência abstencionista.

Os aspectos negativos referentes ao PS incidem na quebra sofrida na percentagem do eleitorado que lhe é afectada. Todos os grandes partidos viram o



MÁRIO SOARES
Que maioria?



SÁ CARNEIRO
Vantagens e ensaio

seu habitual número de votos reduzido nestas eleições. Mas o partido governamental foi o único que sofreu uma perda superior ao aumento percentual das abstenções.

O elevado número de mandatos que o PS detém nas câmaras e a sua posição no xadrez político tornam este partido uma das pedras mestras na vida das autarquias e na contribuição que estas poderão dar para o fortalecimento (ou enfraquecimento) da democracia. Os órgãos locais têm, em grande parte dos casos, composição partidária heterogénea. Caso o PS não tenha uma política definida, clara, de aliança com as forças democráticas; caso ceda às pressões para a formação da "maioria de esquerda", como pretende o PCP, poderemos assistir ao afundamento dos órgãos do poder local e ao alinhamento de boa parte deles com as forças antidemocráticas. É um problema do futuro próximo que, por agora, e face aos resultados das eleições, apenas poderá ser equacionado.

PSD: VANTAGENS E ENSAIO

O partido de Sá Carneiro conseguiu uma implantação harmónica e invejável nas autarquias situadas a norte do Tejo. Aí a sua posição é francamente forte, tanto quanto a sua presença no Sul é manifestamente insuficiente.

Pode dizer-se que, em termos reais, concretos, o PSD surge como o partido que maiores vantagens conquistou nas câmaras com as presentes eleições. De facto, conseguiu igual número de presidências ao do partido mais votado — 115 —, embora tenha concorrido em menos 35 concelhos que o PS. A percentagem correspondente aos êxitos arrecadados é, assim, a mais elevada de todos os partidos concorrentes.

A forte posição do Partido Social-Democrata na sua zona de influência e implantação traduz-se no facto de ter saído vencedor em metade dos distritos do Continente e Ilhas (11 contra 7,

do PS) e na obtenção de 77 casos de maioria absoluta — logo seguido do PS, com 61 casos.

Desta forma, embora os seus ganhos em audiência eleitoral (referimo-nos a percentagens de votantes) não tenham sido elevados, como não foram, aliás, os de nenhum dos seus concorrentes, afigura-se que os resultados do PSD se mostram inteiramente favoráveis à sua política na actual conjuntura, podendo este continuar a jogar na sua demarcação crescente relativamente ao Governo e apresentar soluções e alternativas através da sua acção nos municípios que passará a dirigir.

CDS: CONSOLIDAR E AGUARDAR

O CDS manteve a sua taxa do eleitorado com um ligeiro acréscimo, tanto mais importante quanto a tendência geral das eleições mostrou ser a da abstenção. Este resultado mostra-se favorável para negociar com o partido governamental e com o PSD nas actuais condições da vida parlamentar e nos próprios órgãos das autarquias agora eleitos.

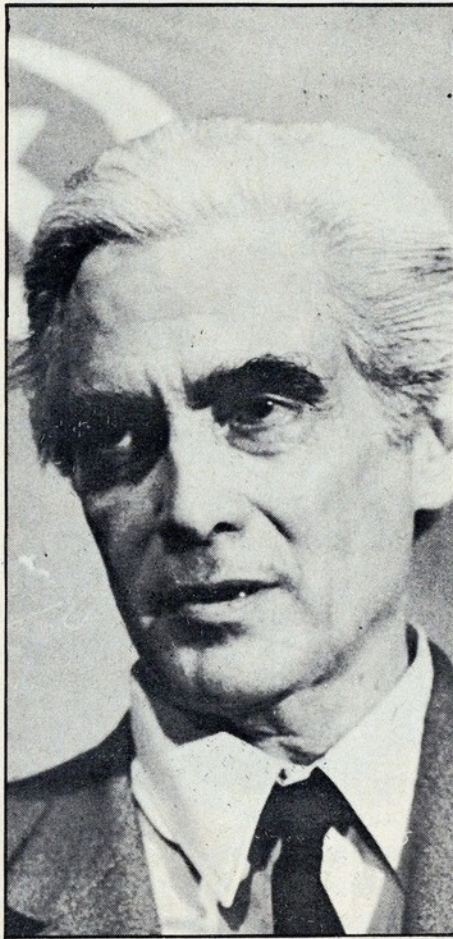
Face ao seu concorrente mais directo em número de votos, a FEPU, o CDS pode ostentar um número quase igual de presidências (36 contra 37) e um número superior em mandatos conseguidos — 317 contra 267. Assim, os resultados obtidos são sensivelmente superiores aos da FEPU, considerando que esta "frente" se apresentou em mais 44 concelhos que o CDS.

Estas comparações não são meramente formais ou arbitrárias. Radicam na necessidade de resposta que o partido de Freitas do Amaral terá de dar ao PCP, o qual, na Assembleia da República e noutros fóruns, pretende desprezar os resultados centristas, tentando com isso reunir capital político para a sua tática e estratégia próprias.

Em termos de exercício do poder local, a incógnita mantém-se, enquanto não tiverem sido definidas as competências dos órgãos locais e as respectivas verbas. Esta questão reveste a maior pertinência no caso do CDS, visto ser este partido quem mais impor-



FREITAS DO AMARAL
Consolidar e aguardar



ÁLVARO CUNHAL
PCP sem avanço

tância imprime à actuação descentralizada e de quem mais se poderia aguardar uma acção original nesse capítulo.

FEPU: PCP SEM AVANÇOS

A FEPU conseguiu todas as suas vitórias nas presidências das câmaras situadas a Norte do Algarve e a Sul do Tejo, com uma única excepção num concelho do distrito de Lisboa. A localização geográfica mantém-se, pois.

Os resultados desta "frente" de ocasião não correspondem a ganhos superiores aos das outras forças, como os seus mentores apregoam, ostentando os 2,29 pontos de diferença relativamente às eleições para a Assembleia da República. E isso porque há que atender a determinadas circunstâncias que mostram ser tais ganhos irrelevantes.

Uma delas reside na questão da "frente". O seu mentor e a sua razão de ser é o PCP. E este, afinal, só conseguiu reunir em seu torno, através da FEPU, um escasso número de transviados de outros partidos.

Outra circunstância é a dos elevados meios utilizados pela FEPU na campanha eleitoral, sem equiparação possível aos dos outros concorrentes. Os cartazes fixados e as sessões de propaganda foram muito superiores aos dos outros partidos. Este factor igualmente inflaciona o resultado obtido quando comparado aos dos outros partidos.

Finalmente há que considerar os aumentos sofridos pela FEPU na zona de intervenção da Reforma Agrária e reconhecer a vantagem ganha pelo PS nessa área nos distritos de Portalegre, Évora e Beja. Neste último, a votação PS progrediu 8,38 pontos, enquanto a da FEPU se quedou num avanço de 2,75 pontos.

Os 267 mandados da FEPU não são propriamente uma incógnita. É conhecida a utilização que o MDP/CDE deu aos órgãos das autarquias depois que se apoderou deles, a seguir ao 25 de Abril. A questão é saber até onde essa política poderá ser estendida, nomeadamente nos municípios onde a FEPU não detém a maioria, mas onde, através do sistema de Hondt, o PCP e seus apoios colocaram pedras suas. O futuro o dirá.

● J. M.

POSTA EM CAUSA UMA DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Um despacho do secretário de Estado do Tesouro anula uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça? Por outras palavras: o Poder Executivo pode sobrepor-se ao Judicial?

Há quem se interrogue sobre se o que sucedeu ao banqueiro Jorge de



JORGE DE BRITO
Proibida a entrada...

Brito não legitima estas dúvidas.

Jorge de Brito é um antigo empregado bancário que ascendeu a banqueiro nos últimos tempos do Estado Novo, um capitalista cujo nome andou ligado ao BIP, à Brisa (auto-estradas) e a "O Seculo", a quem o gonçalvismo meteu na cadeia depois de o acusar de sabotador económico.

O Tribunal da Relação (cujo acórdão o Supremo Tribunal homologou) tirou-o da cadeia quando o absolveu.

Jorge de Brito está agora na Suíça, doente, e quer vir para Portugal — apesar de solicitado (parece) para prosperar noutras paragens.

Não pode fazê-lo, porém.

Porque o secretário de Estado do Tesouro decidiu congelar-lhe os bens, com fundamento em argumentação que foi — em devido tempo — apresentada no tribunal que, apesar dela, o absolveu.

Até que ponto é que o sucedido a Jorge de Brito desmente a tão apregoada política de atracção de investimentos de portugueses em Portugal? Até que ponto é que a reconstrução económica do País se pretende fazer sem alguns (que provaram ser) dos mais salientes entre os "empreendedores"?

Recuperação capitalista? — dirão alguns.

Reconstrução da economia, tão-somente — responderão outros.

As opiniões dividem-se.

E, no entanto, algo há que não é opinado. Alguma coisa existe, de frio, de concreto, de objectivo. Porque o facto é que, depois de absolvido pelo Supremo Tribunal de Justiça, Jorge de Brito foi "condenado" pelo secretário de Estado do Tesouro.

E, chegados aqui, cabe perguntar:

— A atitude do secretário de Estado do Tesouro foi tomada sem conhecimento de Medina Carreira?

— Que atitude irá tomar este — caso a resposta à anterior pergunta seja